

**Os indígenas no Ensino de História:
Análise dos trabalhos publicados na
Revista do IHGB (1839-1875)**

**Indigenous in History Teaching:
Analysis of works published in the
IHGB Magazine (1839-1875)**

*Aline de Souza Dias*¹

¹Licenciada em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG). Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela UFG (PPGH). E-mail: aline_dias@discente.ufg.br

RESUMO

O presente artigo tem como proposta compreender como que os trabalhos publicados pela Revista do IHGB durante o século XIX, referentes as populações indígenas, contribui para a construção do pensamento histórico, tendo como eixo principal os conceitos de natureza histórica, como Educação Histórica e suas reflexões acerca da Literacia Histórica. Ambos os conceitos permeiam nas teorias de Jörn Rüsen sobre a construção da consciência histórica no ambiente escolar. Sendo assim, a utilização dos trabalhos publicados pela Revista do IHGB, no ambiente escolar auxilia na compreensão da mentalidade do século XIX, tendo em vista a construção da nova nação, o indígena como símbolo nacional e a elaboração de políticas indigenistas visando a homogeneização dos povos originários na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino de História; Império; Indígenas.

ABSTRACT

The purpose of this article is to understand how the works published by Revista IHGB during the century, referring to indigenous populations, contribute to the construction of historical thinking, having as its main axis the concepts of historical nature, such as Historical Education and its reflections on the Historical Literacy. Both concepts permeate Jörn Rusen's theories about the construction of historical consciousness in the school environment. Therefore, the use of works published by Revista IHGB in the classroom helps to understand the mentality of the 19th century, with a view to building the new nation, the indigenous as a national symbol and the elaboration of indigenous policies aimed at the homogenization of the original peoples in Brazilian society.

KEYWORDS: History Teaching; Empire; Indigenous.

A compreensão da sociedade brasileira no Oitocentos através das publicações da Revista do IHGB

As fontes documentais oferecem subsídios para o entendimento dos eventos históricos dentro do ambiente escolar. A análise dos documentos históricos possibilita que o indivíduo tenha contato com uma parte da história escrita, revelando informações relevantes para o período. O oitocentos, por exemplo, é composto por vários tipos de documentos que possibilitam o entendimento da sociedade naquela época.

No caso brasileiro, as documentações acerca das populações indígenas podem ser analisadas a partir da Revista do IHGB, na qual possui diversas narrativas em torno dos indígenas através da perspectiva dos intelectuais. A sociedade brasileira daquele período estava voltada para o conhecimento dos indígenas, enquanto símbolo nacional, idealizado pelos intelectuais brasileiros como pertencentes ao passado colonial. No entanto, as narrativas em torno das populações indígenas possuem diversas conotações e podem ser analisadas através de perspectivas distintas em torno dos trabalhos publicados no periódico.

Desta forma, as publicações presentes na Revista do IBGB podem ser utilizadas como fontes para o entendimento de como as populações indígenas foram sendo referenciadas pelos letrados brasileiros durante o século XIX. Os conceitos em torno da Educação Histórica e Literacia Histórica contribuem para a forma como as fontes históricas podem ser trabalhadas dentro de sala de aula, tendo em vista os métodos necessários para problematizar os documentos.

Nesse sentido, o trabalho com as fontes documentais no ambiente escolar contribui para ampliar o diálogo entre o presente e o passado, a partir do contato com o documento histórico, tendo como base a formação e construção da consciência histórica do indivíduo. Portanto, a proposta do artigo segue em direção a análise de algumas publicações da Revista do IHGB, entre os anos

1839 a 1852 e na década de 1870, referentes às populações indígenas, buscando compreender como as narrativas encontradas no periódico podem ser utilizadas pelo Ensino de História para a compreensão da realidade no século XIX.

A Educação Histórica e as reflexões acerca da Literacia Histórica

Desde a década de 1970 o campo de investigação denominado de Educação Histórica tem-se desenvolvido em vários países, como na Inglaterra, Estados Unidos, Canadá, Portugal e Espanha. Nessa última década o Brasil também vem se destacando neste campo investigativo. De acordo com Ramos e Cainelli (2015), a Educação Histórica tem como princípio abordar a questão epistemológica situada na construção do pensamento dos indivíduos a partir dos conceitos de natureza histórica. Essa construção cria um caminho em busca de um novo paradigma para o Ensino de História e para as formas de se lidar com o passado.

“A Educação Histórica atribui uma utilidade e um sentido social ao conhecimento histórico, que é a formação da consciência histórica” (RAMOS; CAINELLI, 2015, p. 13). Portanto, esse campo investigativo tem suas matrizes epistemológicas voltadas as teorias de Jörn Rüsen. O historiador defende que “os historiadores deveriam discutir as regras e os princípios da composição da história como problemas de ensino e aprendizagem” (RÜSEN, 2006 apud SILVA, 2011, p. 197).

Jörn Rüsen tem como proposta articular pesquisa e ensino, considerando que “a ciência da história não tem como dispersar-se, em sua especialização, dos impulsos advindos do ensino e do aprendizado de história” (RÜSEN, 2007, p. 91 apud RAMOS; CAINELLI, 2015, p. 17). Nesse sentido, Ramos e Cainelli (2015) afirmam que os pesquisadores dessa área começaram a utilizar de tais teorias tendo em vista a necessidade do historiador em articular a Teoria da História ao Ensino de História à “vida prática” (RÜSEN, 2007, p. 93 apud

RAMOS; CAINELLI, 2015, p. 18).

O conhecimento histórico, seja aquele produzido por historiadores ou ligado ao aprendizado histórico, deve ser uma ferramenta intelectual propiciadora da análise do julgamento no tratamento dos problemas do presente. (RÜSEN, 2010, p. 45 apud RAMOS; CAINELLI, 2015, p. 18) Portanto, a Educação Histórica propõe a investigação da consciência histórica, do conhecimento, do pensamento ou ainda da cultura relacionada à história no ambiente escolar. Os resultados dessa investigação possuem o caráter político e servem para aperfeiçoar o conhecimento histórico da (o) aluna (o) ou do professor.

Ramos e Cainelli (2015) destacam que diversos conceitos, como significância, mudança, evidência, consciência histórica e narrativa histórica têm sido alvos na pesquisa da Educação Histórica. Essas pesquisas têm como intuito investigar os processos que ocorrem na aprendizagem através da utilização das fontes em sala de aula e do uso do livro didático. Portanto, o foco dessas investigações é responder como ocorre o processo de produção das narrativas históricas pelos alunos, tendo em vista o significado do ensino de história na formação do pensamento histórico.

A Educação Histórica se distingue de outras linhas de pesquisa sobre o ensino e aprendizado histórico. A sua fundamentação está marcada no campo da história, apesar de haver a interdisciplinaridade com outras áreas do saber como, pedagogia ou psicologia. Nesse sentido, o foco no conhecimento histórico permite a valorização dos indivíduos no ambiente escolar, através da utilização de protonarrativas ou protoconhecimento dos sujeitos escolares. Ou seja, a formação do conhecimento histórico valoriza o conhecimento que os alunos adquirem antes ou depois do contato com o ensino formal.

De acordo com Isabel Barca (2008) a Educação Histórica tem como proposta, a “observação sistemática do real” se concentrando nas “ideias históricas de quem aprende e ensina”. O que se busca a partir disso é a

qualidade do ensino através da investigação de como os alunos e/ou professores pensam, agem, e vivenciam seu cotidiano escolar, destacando o ensino e a aprendizagem de história.

Portanto, as investigações sobre a Educação Histórica partem do princípio de que o aprendizado histórico precisa ter significado para a vida do sujeito. Segundo Ramos e Cainelli (2015), “o uso escolar da fonte histórica implica a compreensão de que a escrita da história se faz por intermédio da interpretação dos vestígios deixados pelos sujeitos” (RAMOS; CAINELLI, 2015, p. 22). Trazer fontes diversificadas quer em mensagens, objetos, espaços patrimoniais ou imagens no ambiente escolar fornece condições para que se construa entre os (as) alunos (as) a Literacia Histórica.

Sobre o conceito de Literacia Histórica

A definição do conceito de Literacia Histórica se integra ao conjunto de investigações acerca da Educação Histórica, tendo como princípio os estudos em torno das fontes, tipologias e estratégias de aprendizagem em História. A Literacia Histórica pode ser definida como as estratégias que se dão em torno da formação histórica, possibilitando a construção de uma forma específica de pensar a realidade baseada na História. O conceito remete a uma espécie de “letramento”, ou seja, o resultado da ação de ler e escrever, entendendo esse tipo de linguagem como prática social. A Literacia Histórica também está relacionada à ideia de “cognição histórica”, no qual se insere a uma lógica histórica.

De acordo com Peter Lee (2009), a História tem como responsabilidade formar cidadãos bons e críticos e a ideia de Literacia Histórica pode fornecer elementos diferentes para se pensar a Educação Histórica. Portanto, a principal proposição da Literacia Histórica é mostrar aos alunos que a história possui suas próprias marcas de identificação e um vocabulário de expressões próprias,

no qual possui significados especializados, como passado, acontecimento, situação, evento, causa, mudança e assim por diante(OAKSHOTT, 1983, p. 6 apud LEE, 2009, p. 136).

Nesse sentido, a Literacia Histórica tem como finalidade formar a consciência histórica, tendo como referência a construção de uma relação histórica cada vez mais complexa, na qual “a consciência histórica seja portadora da orientação entre o presente, o passado e o futuro, no sentido do voltar se para dentro (o papel das identidades) para fora (na perspectiva da alteridade)” (SCHMIDT, 2009, p. 09).

Segundo Fonseca (2003), os saberes produzidos no ambiente escolar precisam adquirir uma proposição investigativa e construtiva, que supere o reprodutivismo do livro didático. Desta maneira, os professores, pesquisadores e alunos precisam dialogar com diversas fontes, pois são tais objetos que possibilitam “reconstituir, explicar e compreender a história real” (FONSECA, 2003, p. 119). Trazer para dentro de sala de aula as experiências humanas de mulheres e homens contribui para a formação do aluno como um ser questionador e reflexivo.

Alunos e professores, como sujeitos da ação pedagógica, têm, constantemente, oportunidades de investigar e produzir conhecimentos sobre a nossa realidade, estabelecendo relações críticas, expressando-se como sujeitos produtores de história e do saber. Assim, a “distância, as “divergências” e até mesmo as “discrepâncias” entre os saberes históricos “científicos e didáticos” tornam-se objeto de discussão e análises críticas no processo de ensino, evitando a simplificação e a vulgarização tão comuns nas aulas de história. (FONSECA, 2003, p. 119)

Trazer as pesquisas históricas para dentro do ambiente escolar é essencial para que o aluno possa entender que nem tudo que está no livro ou em outro material didático é verídico. A História tem suas divergências e discrepâncias e levar isso para dentro da sala de aula contribui para que o aluno possa entrar

em contato com a realidade histórica de diversas sociedades ao longo do tempo, ou diversas pessoas em uma mesma sociedade. A investigação é necessária para romper com as generalizações e anacronismos que são difundidos no ambiente escolar.

O uso de fontes no ambiente escolar

De acordo com Karnal e Tasch (2011), os vestígios do passado passam a ter importância quando oferecem um diálogo entre o presente e o documento. (KARNAL; TASCH, 2011, p. 12) Por isso que sua utilização em sala de aula pode ser percebida quando os professores querem levar algum objeto que oferece uma relação entre o passado e o presente, com a finalidade de gerar um entendimento maior com a turma.

Atualmente, os professores utilizam de diversos vestígios como fonte. Essa expansão advém da Escola dos Annales, que colaborou com o alargamento da noção de fonte histórica e com o surgimento de novos campos do saber. De acordo com Paviani e Ferreira (2012) o documento passou a ser todo e qualquer vestígio deixado pelo homem (fontes iconográficas, orais, arqueológicas, escritas, música entre outros), tanto voluntariamente quanto involuntariamente.

Nesse sentido, cabe ao historiador narrar e problematizar o documento, a partir de perguntas que se faz para a fonte, sem desprezar a crítica e a preocupação em conhecer sua origem e o contexto em que foi produzido. Por isso, o trabalho com as fontes em sala de aula permite também abordar diversos campos distintos, a partir da fonte escolhida, possibilitando ao professor utilizar diversas formas de abordar fatos e temas históricos.

No entanto, para trabalhar com as fontes em um ambiente escolar é necessário utilizar de métodos específicos, pois lidar com a fonte não é simplesmente realizar uma leitura dentro de sala de aula. De acordo com Schimdt e Cainelli (2004) é necessário identificar qual o tipo de documento, pois muitos

podem ser identificados como fontes primárias e secundárias e suas tipologias.

O primeiro passo em sala de aula é fazer o aluno identificar o documento que está sendo trabalhado, se é uma fonte primária ou uma fonte secundária, e como ele se apresenta: de forma escrita, oral, iconográfica, material, arqueológica, por exemplo. Algumas fontes apresentam-se com múltiplas formas, como um mapa histórico, que é, ao mesmo tempo, registro escrito e visual. (SCHIMDT; CAINELLI, 2004, p. 96)

Posteriormente, será necessário formular questões que orientem o aluno a entender o conteúdo que contém na fonte e ajudar em conceitos ou palavras que sejam desconhecidas. Para que em seguida possa ocorrer a identificação da fonte (documentos oficiais, leis, discursos e etc.) e destacar como cada tipo de fonte produz um tipo de informação específica. E com isso, apresentar como que as fontes possuem conjuntos específicos presentes em cada temporalidade histórica, a partir da cultura, dinastias e ritmos de vida distintos.

Depois de identificar a fonte será necessário contextualizar o documento, situando no seu tempo e espaço e com isso investigar com os alunos a relação dos fatos estabelecidos por historiadores, pelo professor e outros meios, como o livro didático. Portanto, a crítica à fonte deve começar pela identificação de temas e argumentos, com a ajuda de questões problematizadoras, como: O documento corresponde ao que se procura saber sobre os fatos estudados? O documento procura expor a verdade? (SCHIMDT, CAINELLI, 2004 p. 101)

E por último, é necessário apresentar e abordar alguns comentários referentes a fonte, através de três etapas: Introdução (análise de dados); Desenvolvimento (explicação ou crítica da fonte); Conclusão (grau de interesse ou importância da fonte). (SCHIMDT, CAINELLI, 2004, p. 102) Essa última etapa pode ser considerada como a conclusão de todo o processo que se dá quando trabalhamos com fontes dentro de sala de aula. Todo esse caminho percorrido possibilita ao professor realizar um tratamento adequado da fonte e apresentar ao aluno uma forma, tanto didática quanto acadêmica, acerca do

trabalho do historiador enquanto pesquisador.

As populações indígenas na Revista do IHGB

A Revista do IHGB se tornou o principal veículo de comunicação e debate para a publicação de trabalhos e notícias inéditas relevantes sobre o império. Durante os oitocentos, os exemplares da Revista eram anuais, nomeados como Tomos e divididos sempre em trimestres, no qual cada exemplar era constituído de quatro volumes enumerados em sequência, de acordo com o ano de sua publicação Segundo Guimarães (1988), “além de registrar as atividades da instituição através de seus relatórios, divulgar cerimônias e atos comemorativos diversos, as páginas da Revista se abrem à publicação de fontes primárias como forma de preservar a informação nelas contida” (p. 20).

Através da análise dos conteúdos, fontes, artigos e trabalhos publicados na Revista é possível notar uma maior incidência de três temas que chegam a absorver 73% do volume de publicações, são eles: a questão indígena, as viagens e explorações científicas e o debate sobre a história regional. As três temáticas estão relacionadas entre si e ganham destaque no momento em que a tarefa de construção da nação se colocava como prioridade, através do processo de integração física do território e a discussão sobre as origens da nação.

Segundo Guimarães (1988), a questão indígena ocupa a maior parte dos trabalhos presentes na Revista. Questões relativas aos diferentes grupos, seus usos, costumes, sua língua e as diferentes experiências de catequese e mão de obra indígena são os temas mais abordados pelos viajantes. A temática possui destaque por pensar o lugar das populações indígenas no projeto nacional em construção, definindo um saber sobre estes grupos a ser transmitido através da memória e fixando na sociedade brasileira.

Tendo em vista a visibilidade da questão indígena dentro do Instituto, foi

criada no ano de 1847 a Seção de Etnografia do IHGB, tendo como principal articulador Francisco Adolfo de Varnhagen através da publicação da Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil, publicada na sessão de 1º de agosto de 1840. Em seu texto, Varnhagen propôs a criação de uma seção de “etnografia indígena” voltada para as pesquisas sobre “os nomes das nações indígenas, suas línguas e seus dialetos, suas emigrações, crenças, sua arqueologia, seus usos e costumes e meios de os civilizar” (MOREIRA, 2010, p 59).

Sendo assim, Varnhagen definiu o objeto da etnografia (os índios), seus objetivos (estudo das línguas, crenças e dos costumes) e sua pertinência social (orientar a política indigenista do Estado imperial), condensando algumas das orientações e aspirações do indigenismo que se fundamentava na instituição naquela época. O material “etnográfico” que foi sendo produzido e organizado pelo IHGB era bastante variado, continham cartas, memórias, relatórios, estudos de vocabulários e um vasto acervo de fontes coloniais sobre os índios.

O debate em torno da questão indígena nos oitocentos auxiliou no incentivo às expedições rumo ao interior do país em busca de material referente aos diversos grupos indígenas. As publicações das obras que continham as narrativas dos viajantes, acerca do seu contato com os indígenas na *Revista do IHGB*, contribuíram para a implementação de políticas indígenas e na investigação das experiências jesuíticas dentro das províncias do território brasileiro. De acordo com Guimarães (1988), “para a jovem monarquia que constrói sua identidade a partir da oposição às formas republicanas de governo, assegurar o controle sobre as populações indígenas fronteiriças significava garantir o poder do Estado Nacional sobre este espaço” (p. 21).

O incentivo a expedições pelo interior do Brasil possui suas raízes vinculadas nas obras de naturalistas estrangeiros que desbravaram o território no início do século XIX. Von Martius, era parte integrante desses viajantes, que percorreram diversas “regiões do mundo até então inexploradas, influenciados

pelo impacto da política externa das nações europeias, pelo entusiasmo missionário, pela curiosidade científica ou, ainda, pela iniciativa jornalística” (ARRAIS; BOAVENTURA, 2019, p. 112). Esse tipo de narrativa se tornou muito comum e recorrente nos oitocentos, desde a vinda da corte portuguesa para a antiga colônia brasileira. Os viajantes percorreram o território a fim de registrar a fauna, a flora e o cotidiano da população interiorana em busca de dados para o entendimento, do próprio do viajante e de seus leitores europeus, de como era a paisagem e a civilização em uma região distinta da Europa.

Juntamente com Von Martius, Saint Hilaire se tornou um dos principais naturalistas a percorrer o território brasileiro e a produzir diversas obras com enfoque especial em seus relatos. De acordo com Arrais e Boaventura (2011) “a identidade de Saint-Hilaire como naturalista e botânico foi tomada por muitos autores como critério básico de interpretação para o tipo de descrição que faz da paisagem, como se intencionalmente o viajante se anulasse frente ao relato” (2019, p. 112). Sendo assim, o projeto de escrita de Saint Hilaire “evoca além dos seres, contextos e ambientes narrados, a dimensão da introspecção, autoral do narrador bem como o leitor projetado, interessado instruir-se, entreter-se, mas também em apreender a diferença” (ARRAIS; BOAVENTURA, 2019, p. 115).

O projeto de escrita elaborado por Saint Hilaire, em suas produções, e posteriormente proposto por Martius para o projeto de escrita nacional do IHGB influenciou a forma como outros viajantes iriam relatar suas experiências pelo interior do território brasileiro. De acordo com Teixeira (2022), os trabalhos produzidos pelos letrados do IHGB procuravam “indicar os procedimentos a serem postos em marcha para a construção de uma narrativa do passado que deveria ser lembrada quando o que está em questão é o relato das origens da nação” (p. 15).

E além de abordar questões relativas as origens da nação, o projeto de escrita desenvolvido pelo IHGB estabelece outras questões a serem abordadas em diversas produções ao longo dos oitocentos e que contribuiriam para a

difusão de propostas voltadas para as populações indígenas. De acordo com Almeida (2010), a história construída pelo IHGB nos oitocentos era uma história de elites para elites e nela não havia lugar para os homens comuns, muito menos para os indígenas “vivos” para qual se propunha a assimilação.

A história estava fundamentada nos ideais de civilização e progresso. “Buscava-se realizar uma história universalista, na qual os chamados ‘povos primitivos’ eram vistos como antepassados da humanidade correspondendo aos ancestrais da raça humana. O lugar dos índios nessa história só poderia estar no passado” (ALMEIDA; 2010, p. 138). Sendo assim, a imagem do indígena idealizada adquire significado quando a elite passa a vincular a sua figura ao passado colonial, sendo valorizada por autores e letrados acadêmicos, a partir da criação da seção de etnografia e arqueologia no instituto, tendo em vista a busca pelas origens do homem americano. O intuito desses estudos era enaltecê-los, de forma a construir uma imagem positiva dos antepassados.

A utilização das publicações da Revista do IHGB como fonte histórica

Nos primeiros anos de publicação, a Revista do IHGB estava voltada para a publicação de trabalhos com caráter introdutório sobre as populações indígenas. Nesse período diversos trabalhos apresentaram estudos sobre o passado americano, como um todo, desde pesquisas que abordaram a América do Norte até os povos originários da América do Sul. Várias obras foram direcionadas para teorias e ideais em voga naquela época acerca da origem do homem americano.

Alguns trabalhos apresentam uma abordagem geográfica vinculada ao período das navegações que ocorreram antes das viagens de Cristóvão Colombo e Pedro Álvares Cabral pelo continente americano. O C. C. Rafn, secretário real dos antiquários do Norte, é responsável pelo estudo em questão, o qual foi publicado no ano de 1840. Na obra o autor relata como se deu as

navegações pela América no século X, oferecendo ao público um esboço do sumário da História Antiga da América, e as notícias sobre a geografia, hidrografia e história natural.

O trabalho de Warden publicado na Revista no ano de 1843 apresenta um aspecto distinto, direcionado ao aspecto humano decorrente da origem das sociedades primitivas nas Américas, na qual destaca teorias acerca do surgimento de algumas populações. A abordagem geográfica também é apresentada pelo autor, enfatizando que os mais esclarecidos da antiguidade acreditavam que “a zona tórrida do globo não era habitada, por causa do grande calor e as zonas glaciais, por causa do excessivo frio que sempre reina” (RIHGB, 1843, p. 217).

No entanto, algumas publicações estavam direcionadas para a História Antiga do Brasil. Uma delas foi publicada na Revista em 1849, através de uma pesquisa acerca das “tribos aborígenes” que habitavam a província da Bahia antes da chegada dos portugueses. No trabalho, o autor destaca a dificuldade de encontrar documentos para a elaboração da sua dissertação e apresenta uma questão geral sobre a primeira origem dos habitantes de um continente, enfatizando que tem sido objeto de debate entre os letrados. A reflexão em questão está vinculada a ideia de quais “foram os povos do antigo continente, que efetuaram a passagem dos primeiros povoadores da América, atenta a rusticidade dos aborígenes que nela existiam ao tempo de sua conquista e ocupação dos europeus e a falta de monumentos hieroglíficos” (RIHGB, 1849, p. 145).

Além das investigações sobre o passado dos povos originários, diversas publicações estavam voltadas para as origens da colonização brasileira durante os quinhentos, como é o caso da pesquisa realizada por Gabriel Soares sobre o recôncavo baiano através do *Tratado descritivo sobre o Brasil em 1587*², publicado

²O Tratado Descritivo do Brasil foi redigido por um colono que se estabeleceu na Bahia, onde desenvolveu seus negócios: dois engenhos, sendo também proprietário de grandes

pela Revista do IHGB em 1851. A obra abrange a totalidade do Brasil, enquanto colônia, apresentando um roteiro geral sobre a costa brasileira e sobre as grandezas da Bahia, desde a chegada dos portugueses no território, perpassando pelo processo de colonização da Bahia.

Sendo assim, os trabalhos publicados pelo periódico podem ser abordados dentro de sala de aula como fontes para o estudo da antiguidade da América, temática ainda pouco apresentada dentro do ambiente escolar. As fontes apresentadas possuem informações importantes sobre a forma como os intelectuais abordavam as suas investigações e observações. Com isso, a utilização do material didático externo é de considerável importância para contextualizar o período e questionar a falta de conteúdos e a forma como os discursos foram sendo explicitados acerca da História Antiga das Américas.

Outra pesquisa publicada em 1846, aborda os abusos e violências cometidos pelos portugueses durante o período colonial, enfatizando o predomínio nos portugueses da ideia fixa de exterminar, trucidar e desolar os povos originários da província de São Paulo, e nas demais do Brasil, buscando satisfazer a sua ambição, seu domínio sobre o território e suas ideias de exagerada crença religiosa.

Com isso, iniciou-se um projeto de extermínio e perseguição dos indígenas, que habitavam pacificamente aquele litoral e o território do interior que lhe é correspondente, através da devastação e usurpação de suas terras, e conseqüentemente a extinção do domínio que tinham sobre elas desde remotas eras, “tirando sem maior pena o seu alimento de pescaria, da caça, do fruto das matas e do pequeno cultivo da terra que entretinham” (RIHGB, 1846, p. 205).

A questão da violência é outro assunto que pode ser abordada no âmbito escolar a partir da perspectiva colonialista, que foi sendo introduzida nas

extensões de terra, de gado, móveis, casas na capital e de mão de obra escravizada negra e indígena. Seu êxito no empreendimento colonial foi tanto que chegou a se tornar vereador da Câmara de Salvador.

colônias portuguesas. A análise de tais documentos em sala de aula pode ser utilizada para contrapor os materiais didáticos, na qual não possuem tanta ênfase na forma pela qual os indígenas eram tratados em suas terras. Portanto, trazer a temática para o ambiente escolar é fundamental para a construção da consciência histórica, de eventos que ocorreram no passado, que ainda estão presentes no momento atual e que eventualmente possam ocorrer no futuro. São questões pertinentes para a formação do ser humano como cidadão pertencente na sociedade.

Além de delimitar o conhecimento acerca da violência acometida aos indígenas, os exploradores também percorreram os territórios em busca de vestígios acerca das diversas línguas existentes pelo país. Desta forma, o projeto apresentado³ pelos intelectuais sobre a necessidade de investigação das línguas indígenas foi sendo implementado por todo o século XIX. Vários viajantes apresentaram as nações e suas respectivas línguas e suas transcrições para o português, como uma espécie de dicionário, projeto sugerido por Von Martius.

O conhecimento sobre as populações indígenas demonstrou que cada nação possuía suas crenças e idiomas distintos:

Seus costumes gerais diversificam em pouco, e de ordinário na privada linguagem, que dissemos pertencer trivial que a distância de umas a outras povoações da mesma raça lhe permite. Os Timbirás de Tocantins chamam a carne de vaca – puritinho – e os do Itapicurú chamam-lhe – puritinho –: a cabeça de um boi chamam os primeiros – purihikrans – e os segundos – puritucrá – e assim mesmo muito pouco se desviam em alguns dos outros seus vocábulos. (RIHGB, 1841, p. 186)

As informações sobre as diversas populações indígenas contribuíram

³Algumas publicações da Revista estavam voltadas para propostas, projetos e programas voltadas para a civilização dos indígenas, tendo em vista a sua inserção e homogeneização na sociedade. Para os intelectuais não bastava apenas introduzi-los como cidadãos no país. Ações e estratégias voltadas para os ideais europeus de progresso e civilização eram fundamentais para moldar as populações que ainda estavam imersos pelo interior do território.

para evidenciar que as nações, tribos e etnias existentes no país são distintas e possuem peculiaridades e crenças diversas. Em 1844, por exemplo, o viajante e ex-presidente da província de Mato Grosso José da Silva Guimarães apresentou observações acerca da língua dos Appiácas descrevendo-a como um idioma “esterilíssimo”, na qual possui muitos vocábulos da língua geral do Brasil, sendo alguns descendentes dos espanhóis. “E ao modo destes, é que eles fazem soar o h na pronuncia, em que o r sempre tem som brando” (RIHGB, 1844, p. 304). O explorador apresenta também alguns vocábulos com suas respectivas transcrições, enfatizando que muitas das palavras estudadas gostava de ouvir e que escrevia com grande atenção para ter conhecimento acerca da língua.

Alguns trabalhos tinham como propósito apenas o estudo das línguas indígenas, como a publicação em 1847 da notícia sobre os Botocudos, acompanhada de um vocabulário de seu idioma e algumas observações. Além de apresentar o idioma com as transcrições o viajante aborda alguns pontos importantes sobre a língua da etnia dos Botocudos:

A língua dos Botocudos não distingue os gêneros nem os tempos dos verbos, os quais falam sempre no infinito e se confundem com o substantivo: a declinação apenas tem dois casos: o número plural se manifesta pela adição do termo rouhou ou rouou, que quer dizer muito. As vogais são numerosas e as articulações difíceis de serem percebidas, o que depende sem dúvida da frequência do som nasal, mas em compensação só tem gutturaes e o E duro ou K. (RIHGB, 1847, p. 108)

Outro ponto abordado na investigação refere a forma como o viajante pode abordar a temática com a aldeia indígena. Segundo Marcus Porte, o viajante em questão, “não há talvez questões mais importantes a fazer aos indígenas relativamente à sua linguagem do que as concernentes à numeração” (RIHGB, 1847, p. 108). Nesse sentido, os viajantes devem se compenetrar bem da necessidade que há não somente de interrogá-los sobre os vocábulos, mas fazer uso da repetição para não cometer equívocos acerca da natureza da

resposta. Ou seja, basta apresentar sucessivamente uma mesma quantidade de objetos, diferentes entre si, mas com perguntas semelhantes.

Além disso, Marcus Porte admite que há confusões e dificuldades na interpretação das respostas dadas pelos indígenas, na qual ocorrem alguns pontos de dúvida acerca de muitas palavras compostas, que talvez fossem mal transcritas. Os índios confundiam muitas vezes, o dedo e a mão, o olho com suas partes, por exemplo. Portanto, para conseguir uma transcrição correta das palavras era necessário insistir bastante sobre a distinção dos elementos para obter o nome verdadeiro, recorrendo a desenhos quando fosse necessário.

A temática envolvendo o conhecimento das línguas indígenas se tornou extremamente necessária. Em vários números da *Revista do IHGB* vocabulários foram sendo publicados com idiomas de diversas etnias existentes no território. No ano de 1852, por exemplo, foi publicado o vocabulário da língua Bugre, com 15 páginas de vocábulos que foram transcritos para o português. Não há nenhuma outra informação acerca das etnias, crenças ou costumes. O autor apenas expôs os vocábulos da língua, como uma espécie de dicionário, demonstrando como que as pesquisas sobre a questão indígenas estavam sendo delineadas a partir dos programas elaborados pelos historiadores do Instituto.

O trabalho em sala de aula com os vocábulos e transcrições em torno das línguas indígenas é fundamental para que os alunos possam entender as particularidades presentes nas nações indígenas, temática bastante relevante nos dias atuais. O indígena sempre foi vislumbrado como um ser único, sem costumes ou especificidades que existem de acordo com a sua etnia. Sendo assim, o contato dos alunos com esse tipo de documento contribui para que o indivíduo possa ter o entendimento sobre os diversos idiomas existentes dentro do território brasileiro, e com isso compreender que o indígena é um ser dotado de características e costumes específicos.

E além de abordar questões relativas às origens da nação e sobre os idiomas indígenas, o projeto de escrita desenvolvido pelo IHGB estabelece

outra questão relevante a ser abordada no âmbito escolar. Durante a década de 1870, por exemplo, a Revista do IHGB apresenta investigações que estavam em consonância com as ações políticas acerca dos aldeamentos implementados a partir do *Regulamento acerca das Missões de catequese e civilização dos Índios*⁴ em 1845. No tomo XXXV, do ano 1872, na primeira parte no Manuscrito existente na secretária do Governo do Maranhão, na qual foi oferecido ao IHGB pelo sócio correspondente o Dr. Cezar Augusto Marques, por exemplo, é possível encontrar o quantitativo da população de índios “selvagens” e aldeados em algumas vilas:

Da cidade para o norte vai-se a villa de Vinhaes, de índios, que consta de 944 almas. Caminho grande, pela qual se vai primeiramente à villa de índios do Paço do Lumiar de 1600 almas. Há 4 ½ léguas daqui ao chamados simplesmente lugar, também de índios, cuja a população de inclui na da villa do paço. (RIHGB, 1872, p. 386)

Em outro trecho há mais informações sobre outra vila: “Esta povoação de índios é muito antiga, constava de 22 fogos e coisa de 90 a 100 almas: tem capela, mas não sacerdote e o comandante é um sargento. Plantam só mandioca, porque para mais nada serve o terreno” (RIHGB, 1872, p. 388). E há também outras informações sobre comunidades de indígenas aldeados:

Consta de 25 fogos e 90 almas em que entram 40 índios dos civilizados, um destacamento de 29 praças... Próximas a esta vila há três aldeias de índios Gamellas domesticados, chamadas Garapiranga, Capivary e Cajary, que todas não excedem a 280 almas, com os mesmos costumes de que acima falei, e que mais incomodam os vizinhos com roubos, do que são úteis, pois quase nada plantam. A segurança da Vila deve-se ao destacamento, que conserva aos índios selvagens o medo e o respeito e já não fazem aqui seus

⁴ O *Regulamento das Missões* em 1845 estabeleceu as diretrizes gerais e administrativas do Estado, tendo como foco o aldeamento dos indígenas através das missões. As missões seriam realizadas pelos padres capuchinhos em parceria com o Estado, responsável pela administração dos aldeamentos. A proposta dessas missões era levar a civilização as populações indígenas, e posteriormente a inserção dos mesmos na sociedade.

simulados e repentinos ataques. (RIHGB, 1872, p. 412)

Os dois trechos apresentados são algumas das informações que são explicitadas pelos viajantes em suas obras. O quantitativo de populações indígenas em aldeamentos é uma questão bastante recorrente nesse tipo de produção, sendo abordada em todas as narrativas de viagem, tendo em vista a necessidade de se contabilizar e mencionar como os aldeamentos estão em amplo desenvolvimento no território brasileiro.

No tomo XXXVII, do ano de 1874, na primeira parte no capítulo: *Chorographia histórica da província de Goyaz*, de autoria do brigadeiro Raymundo José da Cunha Mattos aborda suas experiências com as populações indígenas da província através de descrições inferiorizando os indivíduos:

A invencível inconstância e preguiça dos índios, junta ao nenhum zelo e ao exaltado egoísmo dos diretores, conduziram esta colônia à miserável decadência em que se acha, mas apesar disso ainda aqui se conserva um desnecessário diretor e um pároco missionário, que muito bem se podiam dispensar. Vistos os diminutos recursos que o governo tem para o aumento e civilização da colônia, a cujos primeiros povoadores se acham incorporados os índios Cayapós que da aldeia Maria foram para ali mudados. (RIHGB, 1874, p. 243)

No trecho acima o autor destaca a condição moral das comunidades indígenas enfatizando os mesmos como “seres preguiçosos e incivilizados” e culpabilizando-os pela decadência, falta de industrialização e progresso na região.

O contato dos alunos com esse tipo de documento é importante para a compreensão de como se desenvolveu os aldeamentos, a partir da promulgação das políticas indigenistas. As medidas contribuíram para a mudança de perspectiva em relação aos indígenas, tendo em vista, anteriormente, a imagem do indígena sendo enaltecida, tendo como ponto de apoio o índio do passado colonial. Porém, as medidas adotadas pelo Estado, posteriormente, revelaram

seu caráter agressor, destinando os indígenas aos aldeamentos e a catequização, como forma de assimilação e homogeneização, enquanto na prática arrebatavam as terras indígenas.

A partir da análise dos trabalhos publicados pela Revista do IHGB é possível compreender como que as observações feitas pelos intelectuais brasileiros são de fundamental importância para entender a sociedade brasileira do século XIX e dos séculos posteriores. Os trabalhos contribuem para inserir dentro do ambiente escolar questões pouco abordadas em sala de aula e que auxiliam nas investigações acerca dos povos originários, desde a chegada dos portugueses no território brasileiro.

As reflexões acerca da História Antiga da América refletem na importância de entender o passado do continente americano, evidenciando sua história antes do período das grandes navegações. Os conhecimentos acerca das populações indígenas, desde o período colonial, também se inserem nas temáticas necessárias para entender todo o contexto do território brasileiro. Diversas questões precisam ser abordadas, como os casos de violência cometidos pelos portugueses aos indígenas, tendo em vista os projetos de extermínio e perseguição dos indígenas que estavam inseridos nos planos para colonizar o território brasileiro.

Além disso, durante o período do governo imperial outros projetos estiveram em destaque, como os estudos acerca das populações indígenas, temática fundamental para entender as particularidades presentes das diversas nações, e como a política do império lidou com a figura do indígena como símbolo nacional, através das ações indigenistas. Tais questões não possuem tanta ênfase em pesquisas acadêmicas, por isso é tão importante ter trabalhos voltados para a temática, buscando compreender como as populações indígenas estão inseridas na sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino. **Os índios na História do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ARRAIS, Cristiano Alencar; BOAVENTURA, Deusa Maria. **Modelo narrativo e composição da paisagem em Voyage à l'intérieur du Brésil**. v. 24, n. 41, jul./dez. João Pessoa: SÆCULUM - Revista de História, 2019, p. 111-123.

FONSECA, Selva Guimarães. **A pesquisa e a produção de conhecimento em sala de aula. In: Didática e Prática do ensino de História: experiências, reflexões e aprendizagens**. Campinas: Papirus Editora, 2003, p. 117-134.

GUIMARÃES, Manoel. **Nação e Civilização nos trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional**. n. 1. Rio de Janeiro: Revista Estudos Históricos, p. 5-27.

KARNAL, Leandro; TASCH, Flávia Galli. **A Memória Evanescente**. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Orgs.). **O Historiador E Suas Fontes**. São Paulo: Contexto, 2011, P. 9-27.

LEE, Peter. **Em direção a um conceito de literacia histórica**. Curitiba: Editora UFPR, 2006, p. 131-150.

MOREIRA, Vânia. **O ofício do historiador e os índios: sobre uma querela no império**. v. 30, n. 59. São Paulo: Revista Brasileira de História, 2010, p. 53-72.

RAMOS, Márcia Elisa; CAINELLI, Marlene. **A Educação Histórica como campo investigativo**. v. 19, n.1. Paraná: Diálogos (Maringá. Online), 2015, p. 11-27.

RIHGB. **Revista Trimensal de História e Geographia**. Tomo III. Rio de Janeiro: Typographia de D. L. Dos Santos, Reimpressa em 1860, 1841.

RIHGB. **Revista Trimensal de História e Geographia**. Tomo V. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., Reimpressa em 1885, 1843.

RIHGB. **Revista Trimensal de História e Geographia**. Tomo VI. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, Reimpressa em 1973, 1844.

RIHGB. **Revista Trimensal de História e Geographia**. Tomo VIII. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, Reimpressa em 1867, 1846.

RIHGB. **Revista Trimensal de História e Geographia**. Tomo IX. Rio de Janeiro: Typographia de João Ignacio da Silva, Reimpressa em 1869, 1847.

RIHGB. **Revista Trimensal de História e Geographia**. Tomo XII. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, Reimpressa em 1973, 1849.

RIHGB. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**. Tomo XIV. Rio de Janeiro: Kraus Reprint, Reimpressa em 1973, 1851.

RIHGB. **Revista do Instituto Histórico e Geographico do Brazil**. Tomo XV. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert & C., Reimpressa em 1888, 1852.

RIHGB. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil**. Tomo XXXV. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Primeira Parte, 1872.

RIHGB. **Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geographico e Ethnographico do Brasil**. Tomo XXXVII. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, Primeira Parte, 1874.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. **As fontes históricas e o Ensino de História**. In: Ensinar História. São Paulo: Scipione, 2004, p. 89-110.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Literacia Histórica Um desafio para a educação histórica no século XXI**. v. 15. Londrina: História & Ensino, 2009, p. 09-22.

SILVA, Maria Da Conceição. **Educação Histórica: Perspectivas para o Ensino de História em Goiás**. João Pessoa: sÆculum - Revista de História, 2011.

TEIXEIRA, Cristhiano dos Santos. **A Historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro no Segundo Reinado Em Revista (1839-1870)**. Tese para obtenção do Título de Doutor em História, PPGH – UFG, 2022, 358f.